

Nordeste: o domínio agrário-mercantil

Nesta aula, veremos por que o Nordeste é a região que apresenta maiores desigualdades sociais, com um marcante nível de pobreza e um alto nível de destruição ambiental. A estrutura agrária, marcada pelo binômio latifúndio/minifúndio, e a dominação do capital mercantil sobre a circulação das mercadorias são fatores históricos e geográficos que ajudam a explicar o atraso dessa região.

Veremos também como os projetos industriais e agropecuários, incentivados pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), apesar de terem integrado o Nordeste ao restante da economia nacional, não foram capazes de romper o círculo vicioso da pobreza urbana e rural da região.

Qual o papel da estrutura agrária, fundada no binômio latifúndio/minifúndio, para a permanência da pobreza rural e para o atraso no processo de desenvolvimento do Nordeste? Por que a política de incentivos fiscais posta em prática pelo Estado, por meio da Sudene, foi incapaz de reverter essa situação?

Historicamente, criou-se na região Nordeste uma estrutura agrária extremamente concentrada e persistente, que monopoliza as melhores terras da Zona da Mata e transfere o custo (e o prejuízo) das periódicas estiagens no Sertão semi-árido, as secas, para os pequenos proprietários e parceiros (meeiros).

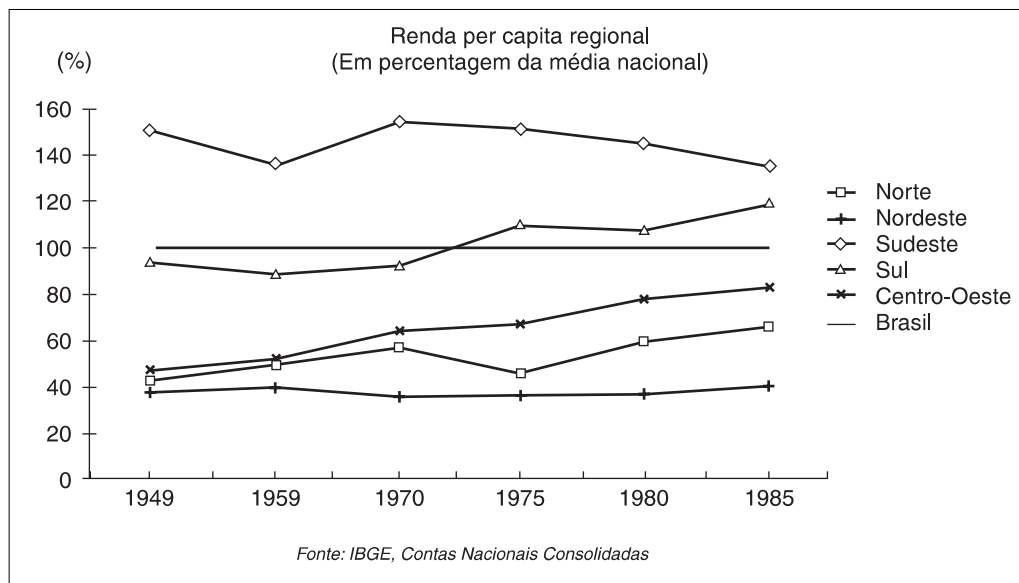
A política de incentivos fiscais da Sudene contribuiu para atrair indústrias para a região, mas não foi capaz de gerar empregos na quantidade necessária, e muito menos conseguiu alterar as condições de pobreza da maioria da população nordestina.

O Nordeste é a área geoeconômica de povoamento mais antigo no Brasil. Sua estrutura sócio-econômica está solidamente enraizada no passado agrário-exportador.

Desde seu surgimento até hoje, essa tem sido a região de maior concentração de renda no país.

A região se estende desde o Maranhão até a Bahia e está integrada ao mercado nacional, participando com uma produção diversificada na industrialização regional. Apesar disso, o Nordeste ainda apresenta a maior concentração nacional de pobreza, e tirá-lo dessa condição é um desafio para a conquista da justiça social e para o resgate da cidadania.





Quando observamos a evolução da participação da renda per capita das regiões brasileiras, vemos que o Centro-Sul ultrapassa a média nacional e que a Região Norte vem aumentando significativamente sua renda.

Entretanto, o Nordeste permanece quase nos mesmos níveis que apresentava em 1940, apesar das políticas de desenvolvimento regional postas em prática após 1959 – com a criação da Sudene, que tinha como principal objetivo reduzir as disparidades regionais de renda entre o Nordeste e o Centro-Sul.

Boa parte do atraso do Nordeste pode ser explicado pelo pacto regional que domina a economia e a política da região. Esse pacto, ou seja, um grande acordo político, coloca, de um lado, os grandes proprietários rurais que dominam o acesso às melhores terras; de outro, o capital mercantil, isto é, os grandes comerciantes que controlam os circuitos comerciais da região e procuram valorizar suas atividades, valendo-se dos mais diversos recursos. Querem manter o monopólio (controle exclusivo, sem concorrentes) sobre a venda de mercadorias que vão desde alimentos até automóveis.

Essa associação entre grandes proprietários e comerciantes, que caracteriza o domínio agrário-mercantil, tem revelado uma capacidade extraordinária para se manter sólida, apesar da industrialização, da metropolização de capitais – como Salvador, Recife e Fortaleza – e da modernização da agricultura.

Utilizando os mais variados meios para negociar favores com o Estado, o chamado regionalismo nordestino resiste a mudanças substanciais na sua base de sustentação social e política, conservando uma estrutura particularmente perversa – e destoante das demais regiões – de distribuição de renda, apesar dos expressivos avanços econômicos ocorridos no período recente.

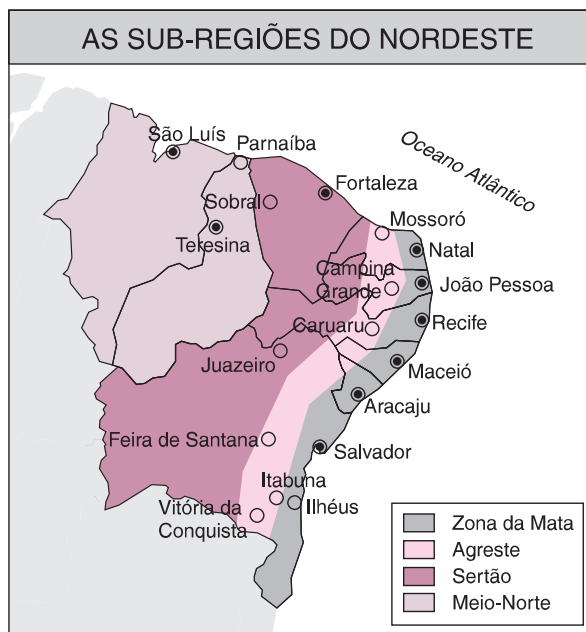
A Região Nordeste pode ser dividida em quatro sub-regiões, diferenciadas entre si: a Zona da Mata, o Agreste, o Sertão e o Meio-Norte.

A **Zona da Mata** é a mais úmida e tem solos férteis. Estende-se ao longo do litoral, desde o Rio Grande do Norte até o sul da Bahia. Nessa área está concentrada a maior parte da população da região, principalmente em grandes cidades, como Recife e Salvador.

Três núcleos econômicos importantes podem ser identificados na Zona da Mata. O litoral açucareiro, que se estende desde Alagoas até o Rio Grande do Norte, onde predomina a grande propriedade produtora de cana-de-açúcar. Recife é a principal metrópole do litoral açucareiro, e lá estão instaladas várias indústrias têxteis e alimentares.

A segunda área é o Recôncavo Baiano, que se situa ao redor da Baía de Todos os Santos, onde está Salvador. Tem como principais atividades econômicas a extração de petróleo e as indústrias petroquímicas no Pólo Petroquímico de Camaçari, principal centro industrial da Região Nordeste.

A terceira área é o sul da Bahia, onde predomina o cultivo do cacau em grandes propriedades monocultoras; os centros regionais mais importantes são Ilhéus e Itabuna.



O **Agreste** se caracteriza por ser uma área de transição entre a Zona da Mata e o Sertão. A região é marcada pelo Planalto da Borborema. Do lado leste do planalto estão as terras mais úmidas; do outro lado, em direção ao interior, o clima vai ficando cada vez mais seco.

A estrutura fundiária do Agreste é bem diferente da estrutura das demais sub-regiões. Ela é basicamente formada de pequenas e médias propriedades. Outra característica que marca o Agreste é a policultura (cultivo de vários produtos agrícolas), muitas vezes associada à pecuária.

Grandes feiras de alimentos e de gado deram origem a cidades importantes do Agreste, como Caruaru (PE), Campina Grande (PB) e Feira de Santana (BA).

O **Sertão** é uma área de clima semi-árido, com escassez e irregularidade de chuvas. É nessa área que ocorrem períodos de seca que podem durar meses ou até anos. O Sertão abrange parte de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Alagoas e quase todo o Ceará, isto é, a maior parte do Nordeste.

A vegetação característica do Sertão é a caatinga, formada por pequenas árvores, em geral espinhosas, que perdem as folhas durante a seca; ali também nascem plantas de folhas grossas, chamadas de plantas suculentas.

A atividade econômica predominante é a pecuária extensiva em grandes latifúndios. Em algumas áreas nas quais ocorrem chuvas de relevo, próximas às serras e chapadas, desenvolve-se uma agricultura de subsistência, com o cultivo de feijão, milho e cana-de-açúcar. A região do Cariri, por exemplo, localizada na encosta da Chapada do Araripe no Ceará, é uma importante área agrícola.

O coronelismo, isto é, a concessão de favores políticos e econômicos aos grandes proprietários em troca de voto, principalmente no Sertão semi-árido, é um dos motivos que explicam a persistência do que ficou conhecido como “indústria da seca”.



A construção de açudes no **Polígono das Secas** – que é a área definida pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) como sujeita à ocorrência de estiagens periódicas – é feita muitas vezes dentro de grandes fazendas, sem o menor critério social. Assim, o controle sobre a terra permite o controle sobre a água do Sertão, o que é fundamental para a manutenção dos privilégios que atrasam o desenvolvimento da região.

Percebemos, dessa maneira, que a seca influencia de forma diferente a vida dos vários grupos de população. De um lado existe o grande proprietário, que tem acesso ao maquinário, à tecnologia e à irrigação para manter sua produção; de outro, existem os pequenos produtores rurais, que baseiam seu trabalho na agricultura de subsistência, e também os que trabalham como meeiros nas grandes fazendas. Estes últimos sofrem tanto nos períodos de seca, que muitas vezes são obrigados a deixar a região.

Hoje existem diferentes técnicas para manter a produção na zona semi-árida. Na região do vale do Rio São Francisco estão sendo cultivados produtos como a uva, a cebola, o melão e outros. Essas culturas são possíveis por causa dos grandes investimentos em irrigação, técnica que utiliza a água acumulada para manter a produção durante os longos períodos de estiagem.

Iniciativas como essas mostram que é possível produzir no Sertão nordestino e que o grande potencial da região não pode e não deve ser descartado. Uma melhor distribuição de terras, e conseqüentemente, da renda, pode dar ao Nordeste um novo impulso econômico, fundamental para completar a integração da região e seu desenvolvimento.

O **Meio-Norte** é também uma zona de transição, situando-se entre o Sertão e a Amazônia. Apresenta um clima seco na sua porção próxima ao Sertão e um clima mais úmido em sua porção próxima à Amazônia. Nos vales dos rios maranhenses destaca-se a extração do babaçu, matéria-prima para a produção de óleo vegetal.

Essa área está cada vez mais integrada à Região Norte, especialmente pelo porto de Itaqui, próximo a São Luís (MA), que funciona como grande terminal de exportação de minérios provenientes da Serra de Carajás, situada no estado do Pará.

A proposta de industrialização da Região Nordeste, promovida pela Sudene, facilitou a integração produtiva do domínio agrário-mercantil nordestino à economia nacional. Mas foram os grandes projetos da década de 1970 que criaram condições para o crescimento econômico da região, seja no Pólo Petroquímico de Camaçari, nos arredores de Salvador, seja nos grandes projetos de irrigação, ao longo do vale do São Francisco.

O Programa Nacional do Alcool (Proálcool) levou à modernização da agroindústria canavieira nordestina, embora de forma diferente da que ocorreu em São Paulo, porque o Nordeste dependia muito de fornecedores externos para adquirir equipamentos industriais e insumos agrícolas.

Com o Proálcool, a luta pela terra e pela regulamentação dos direitos trabalhistas assumiu novas formas. A herança das Ligas Camponesas, movimento social de camponeses que explodiu na zona canavieira no final da década de 1950, foi ampliada e unificada pelos conflitos resultantes da expansão das plantações. Isso transformou os sindicatos de canavieiros em instrumentos de luta pelos direitos sociais e trabalhistas e contra a expropriação das terras, provocada pela modernização da agricultura.

A exploração de gás natural e petróleo realizada pela Petrobrás levou à implantação de bases de apoio, terminais e instalações de beneficiamento em vários pontos do litoral, como em Sergipe e no Rio Grande do Norte.

Mas os impactos dos grandes projetos sobre o Nordeste ainda são restritos. É importante dizer que tais projetos forçam um melhor relacionamento entre os grupos dominantes locais, o que nem sempre ocorreu porque alguns grupos se beneficiam (ou julgam se beneficiar) de modo desigual do recebimento de recursos oficiais.

Um ponto desvantajoso é que os efeitos sobre a estrutura produtiva são limitados, pois em geral esses grandes projetos operam com máquinas e equipamentos modernos que não requerem muita mão-de-obra. Desse modo, geram poucos empregos, o que quase não contribui para o desenvolvimento regional.

Há, no entanto, efeitos externos que não são controlados pelos grandes projetos. O mais importante deles é o surgimento de movimentos reivindicatórios sociais e ecológicos, que passaram a ter importância nacional a partir do final dos anos 70, exercendo pressões cada vez maiores sobre as autoridades locais, em busca de melhorias nas condições sociais e ambientais.

Nesta aula você aprendeu que:

- o Nordeste é a área geoeconômica de povoamento mais antigo e de estrutura sócio-econômica solidamente enraizada no passado agrário-exportador, e permaneceu como a região de maior concentração de renda no Brasil;
- boa parte do atraso do Nordeste pode se explicar pelo pacto regional que domina a economia e a política da região;
- a associação entre grandes proprietários rurais e comerciantes, que define o domínio agrário-mercantil, tem revelado uma capacidade extraordinária para se manter, apesar da industrialização regional;
- a proposta de industrialização regional promovida pela Sudene facilitou a integração produtiva do domínio agrário-mercantil nordestino à economia nacional;
- os impactos dos grandes projetos sobre o Nordeste ainda são restritos. Há, no entanto, efeitos externos que não são controlados pelos grandes projetos. O mais importante deles é o surgimento de movimentos reivindicatórios sociais e ecológicos.



Exercício 1

Quais são as origens estruturais do atraso da Região Nordeste? Qual a importância das secas para a pobreza da população nordestina?

Exercício 2

Quais os principais efeitos dos programas de desenvolvimento regional conduzidos pela Sudene?

Exercício 3

Por que se multiplicaram os movimentos sociais e ecológicos na Região Nordeste?

